

**SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL, FORMAS ESPACIAIS E ESPAÇOS PÚBLICOS: UMA ANÁLISE DO CASO DE ARAÇATUBA (SP) E BIRIGUI (SP)**

**Augusto Marques da SILVA<sup>1</sup>**

*Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNESP)*

---

**Resumo**

Como citar:

SILVA, A. M. da. Segregação socioespacial, formas espaciais e espaços públicos: uma análise do caso de Araçatuba (SP) e Birigui (SP). **Revista Geografia em Atos** (GeoAtos online), v. 4, n. 19, p 111-134, set-dez/2020. DOI: 10.35416/geoatos.v4i19.8161

**Recebido em:** 2020-10-16

**Devolvido para correções:** 2020-11-05

**Aceito em:** 2020-12-02

O processo de segregação socioespacial, a partir da intensificação das desigualdades e diferenças socioespaciais na cidade contemporânea, gera formas espaciais, como os espaços residenciais fechados. O objetivo deste artigo é articular o processo de segregação socioespacial, suas formas espaciais e os espaços públicos nos municípios de Araçatuba e Birigui. O processo de autosegregação é realidade nestes municípios e vêm se intensificando a partir do crescimento de espaços residenciais fechados de médio e alto padrão, principalmente a partir dos anos 2000. Os procedimentos metodológicos utilizados foram o levantamento bibliográfico e trabalho de campo. Foi possível identificar os espaços residenciais fechados já construídos e os projetos de novos empreendimentos. Anteriormente, quase todos os espaços residenciais fechados eram provenientes de capital local. Entretanto, atualmente, empresas como Alphaville e Damha, construíram seus loteamentos fechados em Araçatuba e Birigui, respectivamente. Observou-se como realidades profundamente distintas podem habitar espaços próximos, sendo que, em ambas as cidades, empreendimentos imobiliários estão localizados próximas a conjuntos habitacionais populares.

**Palavras-chave:** Segregação socioespacial; Autosegregação; Formas espaciais; Araçatuba (SP); Birigui (SP)

---

<sup>1</sup>Mestrado Acadêmico em andamento no Programa de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). É integrante do Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais (GAsPERR) e da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe)

E-mail: guto\_marques\_silva@hotmail.com

Orcid iD: orcid.org/0000-0002-1699-6354

## SOCIO-SPATIAL SEGREGATION, SPATIAL FORMS AND PUBLIC SPACES: AN ANALYSIS OF THE CASE OF ARAÇATUBA (SP) AND BIRIGUI (SP)

### Abstract

The process of socio-spatial segregation, from the intensification of inequalities and socio-spatial differences in the contemporary city, generates spatial forms, such as closed residential spaces. The purpose of this article is to articulate the process of socio-spatial segregation, its spatial forms and public spaces in the municipalities of Araçatuba and Birigui. The self-segregation process is a reality in these municipalities and has been intensified since the growth of closed residential spaces of medium and high standard, especially since the 2000s. The methodological procedures used were the bibliographic survey and fieldwork. It was possible to identify the closed residential spaces already built and the projects of new projects. Previously, almost all enclosed residential spaces came from local capital. However, currently, companies like Alphaville and Damha, have built their closed subdivisions in Araçatuba and Birigui, respectively. It was observed how profoundly different realities can inhabit nearby spaces, and in both cities, real estate developments are located close to popular housing developments.

**Keywords:** Socio-spatial segregation; Self-segregation; Spatial forms; Aracatuba; Birigui

## SEGREGACIÓN SOCIOESPACIAL, FORMAS ESPACIALES Y ESPACIOS PÚBLICOS: UN ANÁLISIS DEL CASO DE ARAÇATUBA (SP) Y BIRIGUI (SP)

### Resumen

El proceso de segregación socioespacial, a partir de la intensificación de las desigualdades y diferencias socioespaciales en la ciudad contemporánea, genera formas espaciales, como los espacios residenciales cerrados. El propósito de este artículo es articular el proceso de segregación socioespacial, sus formas espaciales y espacios públicos en los municipios de Araçatuba y Birigui. El proceso de autorregistro es una realidad en estos municipios y se ha intensificado desde el crecimiento de los espacios residenciales cerrados de nivel medio y alto, especialmente a partir de la década del 2000. Los procedimientos metodológicos utilizados fueron el levantamiento bibliográfico y el trabajo de campo. Se pudo identificar los espacios residenciales cerrados ya construidos y los proyectos de nuevos proyectos. Anteriormente, casi todos los espacios residenciales cerrados procedían de la capital local. Sin embargo, actualmente empresas como Alphaville y Damha han construido sus subdivisiones cerradas en Araçatuba y Birigui, respectivamente. Se observó cómo realidades profundamente diferentes

pueden habitar espacios cercanos, y en ambas ciudades, los desarrollos inmobiliarios se ubican cerca de los desarrollos habitacionales populares.

**Palabras clave:** Segregación socioespacial; Autosegregación; Formas espaciales; Araçatuba; Birigui

## Introdução

A compreensão da forma, como os elementos constituintes do espaço se distribuem e se configuram é uma tarefa importante para o estudo geográfico. De acordo com Corrêa (2011), a organização espacial apresenta dimensões política, econômica e cultural e ocorre por meio do conjunto de formas, que podem ser ruas, casas, prédios etc., e pelas interações que englobam mercadorias, pessoas, informações e capital.

Santos (1985) estabelece algumas categorias para o estudo do espaço. Essas categorias se relacionam dialeticamente e são estrutura, processo, função e forma, indissociáveis entre si. Para o autor, a integração entre essas categorias é fundamental para a análise geográfica. O estudo individual de cada uma das categorias proporcionará uma análise incapaz de abranger elementos importantes e, portanto, consistirá em uma análise incompleta. As relações estabelecidas entre as categorias processo e forma podem ser convergentes ou divergentes (CORRÊA, 2011). No caso das relações convergentes, processos distintos dão origem a uma mesma forma espacial, enquanto nas relações divergentes, um único processo resulta em formas espaciais diferentes entre si.

A cidade capitalista é repleta de contradições, inerentes a este modo de produção. As desigualdades econômicas e sociais compõem a realidade desses espaços e são causa e consequências de alguns processos como, por exemplo, a segregação socioespacial. A segregação socioespacial representa um tipo de relação divergente entre processo e forma, uma vez que consiste em um processo que tem como resultado formas espaciais distintas. Estas formas podem ser espaços residenciais fechados e ocupações irregulares, como favelas, por exemplo.

O aumento no número de espaços residenciais fechados é uma realidade de muitas cidades brasileiras. Estudando o caso de São Paulo, Caldeira (2000) argumenta que a proliferação destes espaços provoca a segregação das classes média e alta da população (autossegregação). Como consequência, os espaços públicos tradicionais estão deixando de

serem utilizados por esses setores da sociedade, encontrando-se em situação de abandono, sendo utilizados apenas pela população mais pobre.

A partir do que foi exposto, este artigo tem o propósito de articular, por meio de um estudo de caso, o processo de segregação socioespacial a partir das formas que ele origina. A forma escolhida para a análise são os espaços residenciais fechados, com a questão da utilização dos espaços públicos. Primeiramente, serão apresentados, de maneira sucinta, os principais conceitos e processos abordados neste artigo. Posteriormente, no estudo de caso, desenvolveremos, a partir de uma discussão teórica, uma análise acerca dos municípios de Araçatuba e Birigui, locais onde os processos abordados podem ser verificados.

### **Segregação socioespacial**

O conceito de segregação remete à separação de determinados grupos sociais e foi inserido nos estudos acadêmicos, a partir das contribuições de sociólogos da Escola de Ecologia Humana de Chicago como R.Park, E.Burgess e R.McKenzie (VASCONÇELOS, 2013). De acordo com o autor, o conceito de segregação passou a ser aplicado a outros contextos e realidades e, desta forma, foram somadas a ele novas adjetivações como “residencial” ou “socioespacial”, por exemplo.

Sposito (2013) utiliza o termo segregação socioespacial por esta adjetivação abarcar os dois principais aspectos representados por este processo, sendo eles: espacial e social. A autora defende que estes elementos diferem a segregação de outros processos que, não obrigatoriamente, constituem-se da dimensão espacial, como a discriminação, marginalização e estigmatização, por exemplo.

A segregação socioespacial torna-se realidade nos espaços urbanos por meio das desigualdades sociais e econômicas, inerentes à cidade contemporânea regida pelo modo capitalista de produção. Caldeira (2000), ao desenvolver uma análise acerca dos padrões de segregação na cidade de São Paulo, destaca que as regras responsáveis pela organização do espaço urbano são, fundamentalmente, padrões de diferenciação e separação. Carlos (2007) destaca a importância da “diferenciação espacial” para a análise geográfica, sendo que a introdução do aspecto social ao termo permite relacionar o espaço com a sociedade. Ou seja, seria possível a articulação entre uma teoria desenvolvida no âmbito da Geografia sobre

diferenciação espacial com práticas sociais enquanto produtoras do espaço. De acordo com a autora:

O raciocínio aqui apresentado aponta uma orientação precisa que é aquela de compreender o espaço geográfico como produção social, isto é, o ato de produção da vida como ato de produção do espaço sinalizando uma compreensão da dialética espaço-sociedade não como dois termos separados que “entram em relação”, como muito se fez na Geografia, mas como um termo se realizando no outro e através do outro (CARLOS, 2007, p. 47).

A relação entre diferenciação, desigualdades e segregação é tratada com cuidado por Sposito (2013). De acordo com a autora, a segregação ocorre a partir do agravamento da diferenciação, quando esta é capaz de promover profunda separação espacial e gerar ruptura relativa entre a porção segregada e os demais espaços da cidade. Sendo assim, ela ressalta que a diferenciação e suas formas, inerentes ao processo de urbanização, não gera, obrigatoriamente, a segregação. Entretanto, a segregação pode ser considerada resultado do aprofundamento das diferenciações (SPOSITO, 2013).

Como destacado anteriormente, a segregação é uma realidade característica das cidades contemporâneas. Sposito (2013) destaca que a segregação socioespacial se relaciona aos sujeitos sociais, ou seja, aqueles que, por determinadas razões, são segregados e aqueles que segregam. Nas palavras da autora:

[...] a segregação vincula-se aos sujeitos sociais envolvidos no processo – os que segregam e os que estão segregados. Ela não resulta de dinâmicas da cidade em si, como se fossem resultado da competição “natural” entre diferentes grupos pelo uso do espaço. A cidade explica, apenas na medida em que revela os modos como, no âmbito de uma sociedade, as forças se estabelecem, as alianças se realizam, os conflitos emergem e se aprofundam, nos planos político, econômico e ideológico, conforme classes e segmentos sociais. Ela denota, também, contradições mais amplas, as de natureza cultural, étnica e religiosa (SPOSITO, 2013, p. 67).

Desta forma, este processo não decorre da própria cidade e de suas estruturas, como, por exemplo, a presença de uma ferrovia separando duas áreas, mas sim de uma série de fatores objetivos e subjetivos intrínsecos aos sujeitos sociais, como identidade, intolerância, explicações e crenças (SPOSITO, 2013).

## **Autossegregação**

A autossegregação consiste em um processo que se relaciona com a segregação socioespacial. Ocorre quando parte da população passa a residir em espaços residenciais fechados, dotados de infraestruturas de lazer próprias e sistemas de segurança, em conjuntos com outros indivíduos pertencentes a mesma classe social. Sendo assim, constatamos que este segmento opta pela sua própria segregação. É importante destacar que, especialmente nas cidades médias, essa prática, anteriormente realizada pelas classes altas, vem se tornando também uma prática das classes médias das cidades brasileiras

A sensação de insegurança vem sendo apontada como um dos principais elementos responsáveis por esse processo, bem como a busca por exclusividade (SPOSITO; GÓES, 2013). As autoras destacam a importância da questão da insegurança no entendimento de novas realidades que se configuram em cidades médias, por exemplo. Entretanto, as autoras argumentam que os índices de criminalidade apresentados por algumas destas cidades não são altos o suficiente para justificar a insegurança, em contraposição às metrópoles, onde esses índices são muito mais elevados. Magrini (2013) aponta os principais agentes responsáveis pela “produção das representações de insegurança”, sendo eles: a mídia, os promotores imobiliários, as empresas que oferecem equipamentos de segurança, os políticos e os próprios cidadãos.

Em contraposição aos cidadãos pertencentes as classes mais altas, que praticam a autossegregação, os cidadãos de baixa renda, impossibilitados de adquirir, por questões políticas ou econômicas, uma porção do espaço urbano para residir, acabam sendo submetidas à segregação. Desta forma, suas alternativas são residir em espaços periféricos, muitas vezes localizados em áreas de risco, estando também essas populações submetidas a situações de vulnerabilidade socioambiental. A partir disso:

Segregação e autossegregação seriam, dessa forma, facetas de um mesmo processo, uma vez que a distinção entre as duas proposições conceituais está no ponto de vista a partir do qual a separação se estabelece. No caso da segregação, é a maioria (no sentido político, econômico, cultural, religioso) que decide pela separação total ou relativa da minoria, submetida a essa condição por razões de diferentes ordens e, no caso das cidades latino-americanas, sobretudo pela situação socioeconômica. No que se refere a autossegregação, é o grupo com melhores condições (brancos na África do Sul, mais ricos na América Latina etc.) que opta pelo isolamento em relação ao conjunto da cidade que, para eles, é o espaço dos outros e, portanto, não mais de todos (SPOSITO; GÓES, 2013, p. 281).

Corrêa (1989) apresenta o papel do Estado e das classes dominantes na produção da segregação. Primeiramente, ele destaca que a habitação funciona como uma “mercadoria especial”, estando sujeita aos mecanismos do mercado e da disponibilidade de terras urbanas. Desta forma, aqueles que não possuem condições de comprar sua porção de terra urbana se veem excluídos desta realidade, não podendo construir suas próprias residências. Em relação ao Estado, o autor cita a necessidade de sua intervenção, podendo ela ocorrer de forma direta ou indireta:

A intervenção do Estado, quer direta, quer indiretamente, se torna necessária. Indiretamente, através do financiamento aos consumidores e as firmas construtoras, ampliando a demanda solvável e viabilizando o processo de acumulação capitalista. Diretamente, através da construção, pelo próprio Estado, de habitações. A sublocação de residências deterioradas constitui-se em outra alternativa ao como morar por parte daqueles que não conseguem entrar no mercado capitalista de habitação; outras alternativas referem-se à autoconstrução na periferia urbana, e outra, ainda, à construção de barracos em favelas (CORRÊA, 1989, p. 63).

Em relação às classes dominantes, Corrêa (1989) destaca que a sua participação na produção da segregação nas cidades está relacionada ao fato de que estas populações podem escolher as melhores áreas da cidade para habitar, sendo esta a prática da autosegregação. Conforme o autor, as classes dominantes praticam a segregação na medida em que passam a habitar “bairros suntuosos” e espaços residenciais fechados (autosegregação), ao mesmo tempo em que controlam o mercado de terras e as incorporadoras imobiliárias, segregando, desta forma, as populações de baixa renda.

O aumento no número de espaços residenciais fechados vem sendo verificado em inúmeras cidades brasileiras, ou seja, a autosegregação tem se tornado uma prática cada vez mais comum entre as classes média e alta. Analisando o caso da cidade de São Paulo, Caldeira (2000) destaca que a proliferação destes “enclaves fortificados” é responsável por promover a segregação das classes média e alta da população (autosegregação). Como consequência, a autora destaca que os espaços públicos tradicionais, como, por exemplo, praças e calçadões, estão deixando de ser utilizados pelos segmentos médio e alto, encontrando-se em situação de abandono. Desta forma, estes espaços continuam sendo utilizados apenas pela população de baixa renda.

As práticas espaciais dos habitantes destes espaços residenciais fechados acabam configurando circuitos percorridos por estes indivíduos no espaço intraurbano. Por exemplo:



uma família de classe alta reside em um condomínio fechado de alto padrão na cidade de Campinas; os pais trabalham em um edifício comercial e os filhos estudam em escola particular; na hora do almoço, os pais buscam seus filhos na escola e vão ao *shopping center* almoçar; no período da tarde, a filha vai para um clube privado, onde terá aulas de natação e o filho para a aula particular de inglês; no final da tarde, os pais buscam seus filhos e voltam para sua residência.

Observamos, neste exemplo, que essa família teve pouco contato com a cidade além dos muros de seu condomínio ou das paredes de seus escritórios ou salas de aula. Esta é uma representação das práticas espaciais que cotidianamente são realizadas pelas classes altas e médias em muitas cidades brasileiras. É importante ressaltar que as práticas espaciais das classes médias podem variar de acordo com as cidades. No caso de uma metrópole, estas práticas podem ficar restritas as classes altas, uma vez que os custos e preços são mais elevados. No caso das cidades médias, que possuem custos mais baixos, as classes médias terão a oportunidade de habitar em espaços residenciais fechados, consumir em *shoppings centers* e estudar em colégios particulares (SPOSITO e GÓES, 2013).

Desta forma, espaços residenciais fechados, *shoppings centers*, parques temáticos, clubes privados, escolas particulares, dentre tantos outros espaços, compõe um circuito que é percorrido pelos segmentos altos e médios no interior das cidades, que consistem em suas práticas espaciais.

### **Processos e formas**

Em sua obra “Espaço e Método”, Milton Santos (1985) propõe o espaço enquanto uma instância da sociedade, da política, da cultura/ideologia e da economia. No espaço, então, estão presentes todas as demais instâncias, enquanto ele também está presente em cada uma delas. Desta forma, para o autor, o espaço não é composto somente pelos objetos geográficos naturais ou artificiais, mas também pela sociedade, sendo que o social é a essência do espaço. Segundo Santos (1985, p. 49), “a sociedade só pode ser definida através do espaço, já que o espaço é o resultado da produção, uma decorrência de sua história – mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade.”



Santos (1985) aponta quatro categorias para a análise do espaço. Essas categorias são indissociáveis, sendo elas estrutura, processo, função e forma e estabelecem entre si relações dialéticas. Segundo o autor:

*Forma* é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Tomada isoladamente, temos uma mera descrição de fenômenos ou de um de seus aspectos num dado espaço do tempo. *Função*, de acordo com o *Dicionário Webster*, sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa. *Estrutura* implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção. *Processo* pode ser definido como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança (SANTOS, 1985, p. 50).

Desta forma, de acordo com o autor, investigar cada uma das categorias individualmente impossibilitará uma análise completa e, portanto, incapaz de abordar elementos importantes ao estudo geográfico. Considerando-as em conjunto, é possível compreender o movimento em sua totalidade. Sobre isso, o autor argumenta:

Forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos, mas associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente, representam apenas realidades parciais, limitadas, do mundo. Considerados em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade (SANTOS, 1985, p. 52).

Analisar a forma como os elementos formadores do espaço se distribuem em sua extensão é uma tarefa importante para a Geografia. Conforme Corrêa (2011), a organização espacial apresenta uma série de formas e interações entre pessoas, mercadorias, informações, que se distribuem sobre o espaço e obedecem a uma lógica funcional. Além disso, a organização espacial possui um caráter multidimensional e, portanto, apresenta as dimensões política, econômica e cultural.

Corrêa (2011) argumenta que é possível desenvolver uma análise geográfica a partir de duas categorias propostas por Milton Santos, sendo elas as categorias processo e forma. Para isso, o autor propõe alguns tipos de relações estabelecidas entre processo e forma. São elas:

- 1) Relações de Convergência;
- 2) Relações de Divergência;

- 3) Relações Envolvendo Refuncionalização;
- 4) Relações Via Processos Espaciais;
- 5) Relações Intercausais: Matriz e Marca;
- 6) Relações com a Escala (CORRÊA, 2009, p. 11).

A partir do estabelecimento desta tipologia de relações envolvendo processo e forma, o autor propõe que relações de convergência ocorrem quando processos distintos são responsáveis por dar origem a uma única forma espacial. Por outro lado, as relações de divergência ocorrem por meio de um único processo que origina formas espaciais distintas.

A relação entre processo e forma que nos interessa neste artigo é a relação divergente. Isso porque a segregação socioespacial é um processo que origina formas espaciais distintas, como, por um lado, a produção de espaços residenciais fechados e, por outro, a constituição de ocupações irregulares. Iremos abordar aqui uma forma espacial específica, os espaços residenciais fechados, cujo número vem crescendo de maneira significativa nos municípios a serem analisados, sendo eles Araçatuba e Birigui.

### **Estudo de caso: uma análise de Araçatuba e Birigui**

O município de Araçatuba, localizado na porção noroeste do Estado de São Paulo, apresenta população estimada em 197.016 habitantes, 1.167,126 km<sup>2</sup> de área da unidade territorial e densidade demográfica de 155,54 hab/km<sup>2</sup> (IBGE, 2019). Possui, de acordo com SEADE (2019), grau de urbanização em 98,07%.

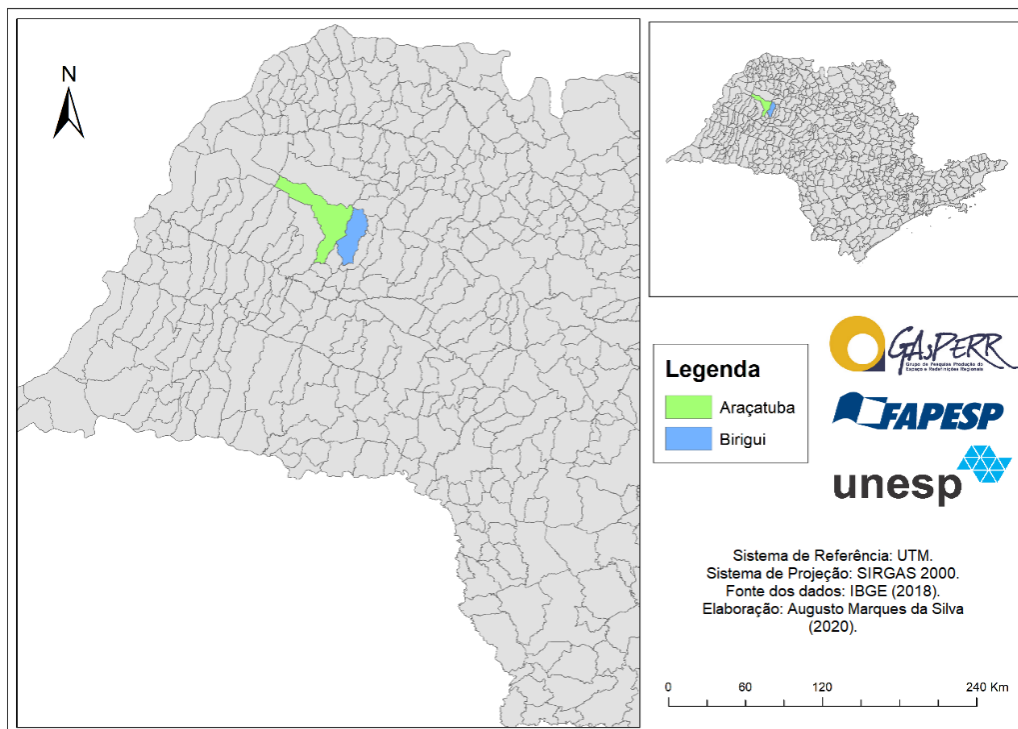
Araçatuba tem como principal atividade econômica a produção agropecuária, destacando-se o setor sucroalcooleiro e a carne bovina, sendo que o município é conhecido como “Terra do Boi Gordo”. Na década de 1970, com a crise do petróleo, o governo brasileiro direcionou investimentos para a produção de combustíveis mais baratos, como o álcool. A partir disso, foi criado o Programa Nacional do Álcool (Pró-Álcool) com fundos provenientes do BNDES. Os proprietários de terras araçatubenses, quando as ações do programa chegaram à região, reduziram as atividades pecuárias e passaram a cultivar a cana de açúcar para a produção do álcool.

O município de Birigui, assim como Araçatuba, está localizado no noroeste do Estado de São Paulo. Apresenta população estimada em 123.638 habitantes, 530,031 km<sup>2</sup> de

área da unidade territorial e densidade demográfica de 204,79 hab./km<sup>2</sup> (IBGE, 2019). Conforme SEADE (2019), Birigui apresenta grau de urbanização de 97,33%.

Birigui apresenta como principal atividade econômica o setor industrial, com destaque para a produção de calçados infantis, sendo conhecida, desta forma, como “Capital nacional do calçado infantil”. De acordo com a SEADE (2017), a Participação dos Empregos Formais da Indústria no Total de Empregos Formais é de 43,20% no ano de 2017. Para Cícero (2011), a indústria de calçados de Birigui consolidou-se como principal atividade econômica do município a partir do capital local.

Araçatuba e Birigui, juntamente com o município de Guararapes, compõe a Aglomeração urbana de Araçatuba. De acordo com a tipologia de aglomerações urbanas apresentada por Davidovich e Lima (1975 *apud* Moura, 2009, p. 90), a aglomeração urbana de Araçatuba é uma aglomeração urbana não metropolitana, uma vez que não possui continuidade entre seus respectivos tecidos urbanos e apresentam entre si funções complementares. Essa aglomeração caracteriza-se, então, não pela continuidade territorial (SPOSITO, 2004), mas pela continuidade espacial, que ocorre a partir das interações espaciais e fluxos materiais e imateriais estabelecidos entre as cidades componentes. A ligação entre as duas cidades ocorre por meio de dois eixos rodoviários: a rodovia Marechal Rondon (SP-300) e a rodovia Senador Teotônio Vilela. A Figura 1 mostra a localização de Araçatuba e Birigui.

**Figura 1.** Localização dos municípios de Araçatuba e Birigui no estado de São Paulo.

Fonte: IBGE (2018). Elaboração: Augusto Marques da Silva (2020).

### Processo e forma: segregação socioespacial e espaços residenciais fechados em Araçatuba e Birigui

Como explicado anteriormente, a autoss segregação é uma face do processo de segregação socioespacial, ocorrendo quando segmentos médios e altos optam pela sua própria segregação, passando a habitar os espaços residenciais fechados em busca de segurança e exclusividade. Sendo assim, o processo de segregação socioespacial gera formas espaciais, representadas pelos espaços residenciais fechados.

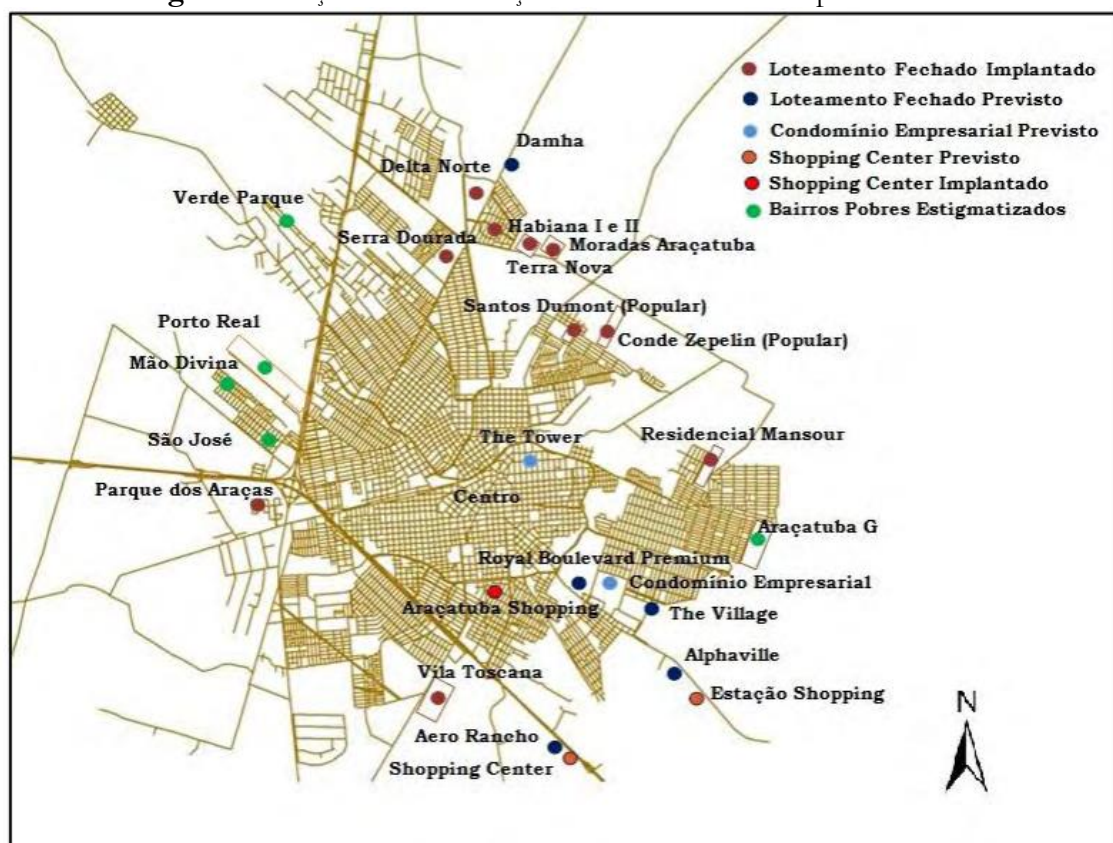
Assim como em muitas cidades brasileiras, o processo de segregação socioespacial, a partir da autoss segregação, está presente nos municípios de Araçatuba e Birigui, originando formas espaciais, representadas pelos espaços residenciais fechados ou condomínios horizontais. O número destes espaços nas cidades analisadas é considerável e vem crescendo significativamente, principalmente a partir da década de 2000.

Alguns dos recentes empreendimentos imobiliários localizados em Araçatuba e Birigui, foram implantados nas duas rodovias que interligam as cidades, em áreas de expansão

urbana. De acordo com Sader (2018), a estrutura urbana das cidades de Araçatuba e Birigui vem sendo modificada, em decorrência das ações do capital incorporador, o que pode aprofundar as diferenças socioespaciais.

As Figuras 2 e 3, organizadas por Magrini (2013), apresentam, respectivamente, a localização dos enclaves socioespaciais em Araçatuba e Birigui. A Figura 2, mostra, em Araçatuba, os loteamentos fechados já implantados e aqueles que serão implantados futuramente. Apresenta também a localização do *shopping center* já implantado e, também, a localização do novo *shopping center*, além de mostrar os bairros pobres estigmatizados. É importante destacar que o trabalho desenvolvido por Maria Angélica Magrini foi finalizado no ano de 2013 e, portanto, os dados apresentados na Figura 2 são do ano de 2012. No citado ano, podemos observar que são oito espaços residenciais fechados, destinados aos segmentos médio e alto, e dois loteamentos fechados populares, totalizando dez (MAGRINI, 2013).

**Figura 2.** Araçatuba. Localização dos enclaves socioespaciais. 2012.

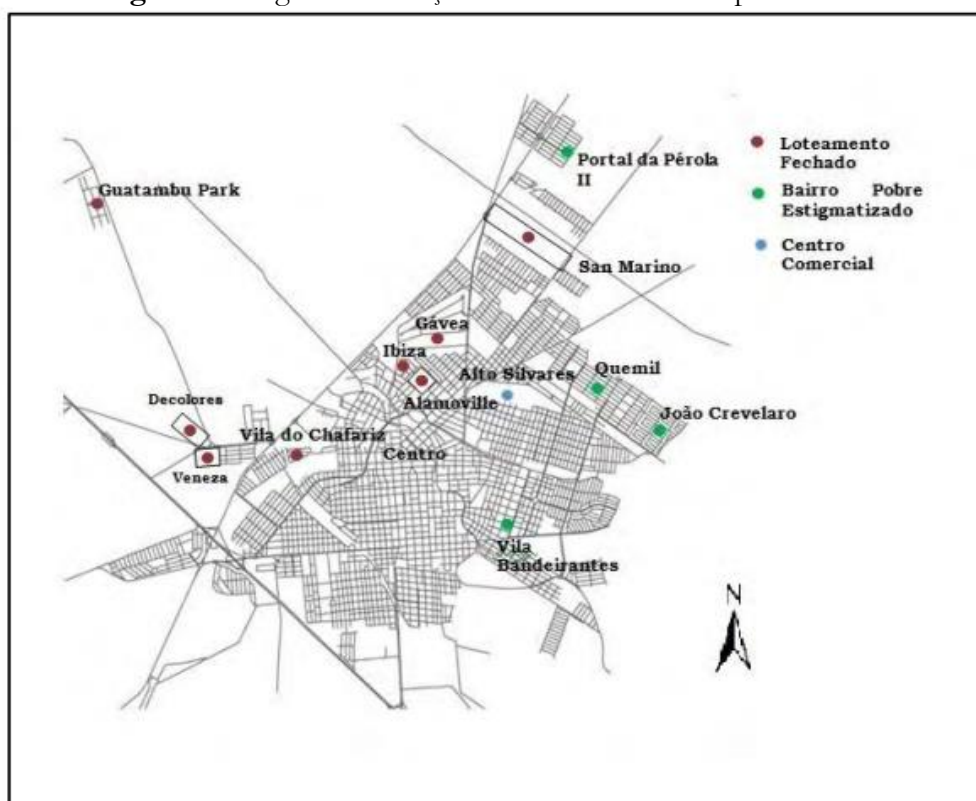


Fonte: Magrini (2013).

Atualmente, além dos espaços residenciais fechados apresentados na imagem, existem mais 16 empreendimentos, já implantados na cidade de Araçatuba, sendo eles o Alphaville II, Royal Boulevard Premium, Condomínio Residencial Barcelona, Costa Home, Vila Madalena, Residencial Laranjeiras, Green Park, Casablanca, San Marino, Villa Turin, Siena I, Siena II, Campos Sales I, Campos Sales II, Residencial Ankara e Residencial Sofia. Além desses, estão previstos a implantação do Vila Madalena II, GSP Golden, Barcelona II E Condomínio Flórida. É importante destacar que o espaço residencial fechado que seria implantado pelo Damha Urbanizadora em Araçatuba acabou sendo direcionado para Birigui.

A Figura 3 apresenta os loteamentos fechados, os bairros estigmatizados e o centro comercial de Birigui. Observamos que o município conta, no ano de 2012, com oito loteamentos fechados. Atualmente, sete novos empreendimentos foram implantados na cidade, sendo eles Damha Village, Condomínio Residencial Parque Inglês, Boa Vista Residencial, Art Ville, Campo Bello, Adisa Birigui e Villa Lobos.

**Figura 3.** Birigui. Localização dos enclaves socioespaciais. 2012.



Fonte: Magrini (2013).



Em relação à localização dos espaços residenciais fechados em Birigui, constatamos que eles se encontram predominantemente nos setores noroeste e oeste da área urbana, próximos às rodovias Marechal Rondon (SP-300) e Senador Teotônio Vilela, que ligam a Araçatuba. Os bairros estigmatizados estão localizados na porção oposta da cidade, no setor leste. Miyazaki (2013), ao analisar a espacialização na área urbana de Birigui dos espaços residenciais fechados e dos conjuntos habitacionais populares, destaca a distribuição intraurbana de renda. Na Figura 3 também é possível verificar esta constatação, uma vez que a localização dos espaços fechados e dos bairros estigmatizados são em setores opostos da cidade.

As Figuras 2 e 3, elaboradas por Magrini (2013), revelam, então, os espaços residenciais fechados e bairros estigmatizados de Araçatuba e Birigui. Ambos os espaços, de acordo com a autora, configuram enclaves, sendo estes “pretendidos ou impostos”. Pretendidos, no caso dos segmentos médio e alto e impostos, no caso da população de baixa renda. Ela afirma que estes enclaves são criados pelas barreiras propriamente físicas, os muros dos espaços residenciais fechados, e pelas barreiras simbólicas, que surgem a partir da representação dos bairros estigmatizados enquanto espaços que oferecem perigo, devendo ser evitados pelos demais habitantes da cidade.

Desta forma, os espaços residenciais fechados constituem-se formas espaciais, originadas a partir do processo de segregação socioespacial, que barram a entrada da classe baixa, enquanto as áreas estigmatizadas são evitadas pelos cidadãos por possuir a imagem de bairros violentos. As Figuras 4 e 5 mostram, respectivamente, o espaço residencial fechado Parque Inglês, em Birigui, e o espaço residencial fechado Alphaville, em Araçatuba. Ambos os empreendimentos são de alto padrão e estão localizados em eixos de expansão urbana de suas respectivas cidades. O Parque Inglês foi implantado próximo à rodovia Marechal Rondon (SP-300) e o Alphaville próximo à rodovia Senador Teotônio Vilela.



**Figura 4:** Birigui, SP. Condomínio Residencial Parque Inglês.

**Fonte:** Trabalho de campo (2018).

**Figura 5:** Araçatuba, SP. Condomínio Residencial Alphaville.

**Fonte:** Trabalho de campo (2018).

Freitas (2008) promove um estudo acerca dos loteamentos fechados enquanto principal produto imobiliário no Brasil, principalmente a partir da última década do século XX. A autora destaca que as periferias das cidades brasileiras, antes habitada pela população de baixa renda, vem tornando-se, atualmente, os espaços nos quais os espaços residenciais fechados de alto padrão estão sendo implantados.

O fato colocado acima é destacado por Magrini (2013), a partir da análise das Figuras 2 e 3. Nas duas cidades analisadas, os espaços residenciais fechados estão localizados nas áreas periféricas dos tecidos urbanos. Além disso, a autora enfatiza a proximidade entre estes espaços e alguns conjuntos habitacionais populares, sendo que em Araçatuba, cinco loteamentos fechados de alto padrão foram construídos próximos aos conjuntos populares. Em Birigui, há uma separação mais visível entre as áreas ocupadas por estes espaços, mesmo que ainda alguns espaços residenciais fechados estejam próximos a conjuntos habitacionais, como é o caso da Villa do Chafariz, próximo ao Residencial Pedro Marin Berbel e o Residencial Veneza, próximo ao bairro Eurico Caetano (MAGRINI, 2013).

É possível verificar, desta forma, que tanto em Araçatuba, quanto em Birigui, sendo que na primeira cidade este aspecto seja mais nítido, loteamentos fechados de médio e alto padrão estão localizados, em alguns casos, a curtas distâncias de conjuntos habitacionais populares. Sobre a implantação dos espaços residenciais fechados nas periferias, Sposito (2011) afirma:

A distância entre os desiguais, na cidade, não se opera mais, predominantemente, a partir da lógica de periferação dos mais pobres e de destinação, aos mais ricos, das áreas centrais e pericentrais, as melhores dotadas de meios de consumo coletivo (infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos). Os sistemas de segurança urbana oferecem condições para que a separação possa se aprofundar, ainda que se justaponham, no “centro” e na “periferia” segmentos sociais com níveis *desiguais* de poder aquisitivo e com *diferentes* interesses de consumo (SPOSITO, 2011, p. 141).

A partir das palavras da autora, entendemos que as áreas periféricas das cidades, antes destinadas a ocupação pelas classes sociais de baixa renda, estão sendo ocupadas também pelos segmentos médio e alto, que anteriormente habitavam as áreas centrais e pericentrais. Estes segmentos passam a viver próximas das classes baixas, entretanto, separadas pelos muros dos espaços residenciais fechados nos quais habitam e pelos sofisticados sistemas de segurança dos quais estes espaços são dotados.

Como anteriormente destacado, os aspectos colocados no parágrafo anterior são verificados em Araçatuba e Birigui, sendo que em Birigui as ocorrências são menores (MAGRINI, 2013). Desta forma, ricos não se aproximam dos espaços habitados pelos pobres por medo da violência, provocado pela imagem de espaços inseguros representada por eles e os pobres não se aproximam dos ricos, por estes estarem cercados em seus condomínios horizontais murados e vigiados.

Neste sentido, Magrini (2013) frisa a perversidade das formas encontradas pela classe dominante de se afastar, cada vez mais, das classes dominadas. A perversidade destas formas é retratada a partir da proximidade e distanciamento simultâneos entre as classes média/alta e a classe baixa, uma vez que, embora estejam fisicamente próximas, estas classes permanecem distantes uma das outras em razão de “fronteiras bem demarcadas” que reforçam as “clivagens sociais”, impedindo-as de se relacionarem (MAGRINI, 2013). Em relação a estes fatos, Magrini (2013, p. 403) coloca que “os muros e outras barreiras visuais amenizam os contrastes por torná-los invisíveis, fato que possibilita, no plano das práticas e das representações, a superação das desigualdades socioespaciais, pois fazem com que ela não seja vivida, sentida e problematizada”.

Desta maneira, as desigualdades são mascaradas, escondidas, pois não são visualizadas. Classe dominante e classe dominada estão próximas e distantes, ao mesmo tempo. A presença dos muros dos espaços residenciais fechados em conjunto com outros elementos como, por exemplo, a presença de áreas verdes, impedem que as separações e profundas diferenças sejam notadas. Assim, os problemas relacionados as desigualdades socioespaciais, em decorrência da presença destas barreiras, passam despercebidos não somente pelos habitantes dos espaços fechados, mas também pelos habitantes da cidade aberta.

### **Utilização dos espaços públicos**

As práticas espaciais cotidianas dos sujeitos autossegregados, como explicado anteriormente, em muitas situações ficam restritas a determinados espaços na cidade. Os espaços residenciais fechados, onde residem, *shopping centers*, parques temáticos, clubes privados e escolas particulares são alguns dos espaços frequentados pelos segmentos médio e alto, nas cidades médias.

Desta forma, os aspectos colocados no parágrafo anterior podem resultar em um abandono dos espaços públicos. De acordo com Roma (2008), os sujeitos autosegregados negam os espaços públicos, uma vez que são contrários à ideia de frequentarem os mesmos espaços que as classes baixas. Entretanto, de acordo com a autora, esses mesmos sujeitos fazem uso do espaço público a partir de seus interesses em habitar nos espaços residenciais fechados, que, para sua implantação, se apropriam de espaços públicos. Em suas palavras:

Desta forma, a autosegregação tende a negar o espaço “público”, criando espaços de uso coletivo, reafirmando a contradição da relação entre o público e o privado, e reforçando os espaços mercadoria. De outro lado, as pessoas que estão submetidas à segregação socioespacial involuntária necessitam aproximar-se do “público”, pois para terem boas condições de vida, precisam e dependem, inteiramente, de infraestrutura, serviços e equipamentos públicos (ROMA, 2008, p. 44).

Caldeira (2000), ao analisar o caso da metrópole de São Paulo, argumenta que a classe dominante, ao se dirigir a seus “enclaves fortificados”, deixa os espaços públicos da cidade para a classe baixa e aos moradores de rua. Conforme a autora, os espaços públicos utilizados por grupos e classes sociais diversas foram significativamente reduzidos, uma vez que os indivíduos habitantes dos espaços residenciais fechados e os cidadãos da cidade aberta possuem rotinas distintas, as quais dificilmente irão se entrecruzar.

Sobre a vida pública moderna, Caldeira (2000) coloca:

Apesar de as cidades ocidentais incorporarem várias e até contraditórias versões da modernidade, há um grande consenso a respeito de quais são os elementos básicos da experiência moderna de vida pública urbana: a primazia e a abertura de ruas; a circulação livre; os encontros impessoais e anônimos de pedestres; o uso público e espontâneo de ruas e praças; e a presença de pessoas de diferentes grupos sociais passeando e observando os outros que passam, olhando vitrines, fazendo compras, sentando nos cafés, participando de manifestações políticas, apropriando as ruas para seus festivais e comemorações, ou usando os espaços especialmente designados para o lazer das massas (parques, estádios, locais de exposições) (Caldeira, 2000, p.303).

A vida pública descrita acima, com essas práticas espaciais, vem tornando-se, dessa forma, cada vez mais incomum na cidade contemporânea. Loboda (2008) chama a atenção para o surgimento de novas práticas socioespaciais segregacionistas nestas cidades, sendo que estas práticas podem ocorrer nos espaços residenciais fechados, que se tornam “barreiras para a sociabilidade urbana”.

Em relação a questão da insegurança, Magrini (2013) apresenta algumas formas encontradas pelos cidadãos de limitar a sensação de inseguranças e, conseqüentemente, tornar suas rotinas mais seguras. Essas formas consistem em uma maior seletividade, por parte dos habitantes, sobre quais lugares frequentar e em quais horários do dia. A partir disso, a autora aponta uma retração nas experiências urbanas, uma vez que a cidade não é vivida com a mesma liberdade. Ela apresenta, a partir de entrevistas realizadas, o caso de alguns moradores de Araçatuba e Birigui que evitam determinados espaços, como os bairros estigmatizados. Além disso, esses moradores demonstram grande preocupação com algumas práticas, como andar no centro a pé, ir ao banco sacar dinheiro, redobrar a atenção quando estiver abrindo o portão da residência etc. Estes aspectos, então, comprometem a liberdade dos cidadãos, uma vez que há a limitação da sociabilidade e da circulação dos mesmos e, ao mesmo tempo, uma perda de confiança no outro (MAGRINI, 2013).

Sobre a liberdade dos cidadãos, Bauman (2003, *apud* Moura, 2013, p. 204) estabelece uma relação entre a liberdade e segurança. Liberdade e segurança seriam, então, inversamente proporcionais. A ampliação da sensação de segurança reduziria a liberdade do indivíduo, enquanto o aumento da liberdade comprometeria sua segurança. Desta forma, torna-se comum abdicar da liberdade em prol da segurança (MAGRINI, 2013).

Como destacado anteriormente, produtores imobiliários em conjunto com a mídia são alguns dos principais propagadores da sensação de insegurança nas cidades contemporâneas. Neste contexto, ganha força a produção dos espaços residenciais fechados e espaços de lazer e consumo controlados por sistemas de vigilância, como *shopping centers*.

Em relação as formas espaciais representadas pelos loteamentos fechados, Magrini (2013), por meio de entrevistas, busca entender o que estes espaços representam para os cidadãos de Araçatuba e Birigui, uma vez que o número de loteamentos vem crescendo significativamente em ambos os municípios. A partir dos resultados obtidos pelas entrevistas realizadas pela autora, é possível notar que alguns entrevistados se demonstraram favoráveis a ideia de habitar nos espaços residenciais fechados. Outros ponderaram a questão da segurança, argumentando que, por serem espaços habitados por segmentos médios e alto, tornam-se mais facilmente alvo de violência. Em outros casos, os entrevistados apresentaram pontos negativos em residir nesses espaços, como, por exemplo, a monotonia.

## Considerações finais

A ampliação das desigualdades e diferenças socioespaciais nas cidades contemporâneas promovem o processo de segregação socioespacial. Este processo, gera formas espaciais distintas, sendo uma delas os espaços residenciais fechados. Estas formas espaciais surgem a partir do interesse da classe dominante em “autossegregar-se”, gerando, assim, um processo denominado autossegregação, que se difere da segregação das classes baixas, que têm opções muito mais limitadas quanto ao seu espaço de habitação.

O aprofundamento do processo de autossegregação, a partir do aumento no número de espaços residenciais fechados em conjunto com práticas espaciais dos sujeitos autossegregados, promovem a redução do uso dos espaços públicos por estes segmentos sociais. Sendo assim, estes espaços, em determinadas situações, passam a ser utilizados pelas classes sociais baixas e pelos moradores de rua.

O processo de autossegregação é verificado nos municípios de Araçatuba e Birigui, sendo possível afirmar que, a partir dos anos 2000, vêm se intensificando. Araçatuba, apresenta, atualmente, 18 espaços residenciais fechados, com mais dois empreendimentos previstos, enquanto Birigui conta com 13 espaços residenciais, sendo que há o projeto de implantação de mais um.

Grande parte destes empreendimentos imobiliários, em ambas as cidades analisadas, estão localizados nas periferias das respectivas cidades, em alguns casos próximos às grandes vias de acesso. Verifica-se, também, que estes espaços residenciais fechados, em determinados casos, foram implantados próximos a conjuntos habitacionais populares. Desta forma, em decorrência das divisões estabelecidas pelos muros vigiados por câmeras de segurança que cercam os espaços residenciais fechados, classe dominante e classe dominada estão, ao mesmo tempo, próximos e distantes, revelando mais uma contradição da cidade capitalista.

O aprofundamento do processo de autossegregação, a partir do aumento no número de espaços residenciais fechados em conjunto com práticas espaciais dos sujeitos autossegregados, promovem a redução do uso dos espaços públicos por estes segmentos sociais.



## Agradecimento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - Brasil (FAPESP) – Código de Financiamento 2019/05179-5.

## Referências

- CALDEIRA, Teresa. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2000.
- CICERO, Elaine Cristina. **A Indústria de Calçados de Birigui: origem, reestruturação produtiva e formação de uma economia de aglomeração**. 2011.182f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- CORREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.
- CORREA, Roberto Lobato. **Processo, forma e significado: uma breve consideração**. Publicado no site do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul em 10/11/2009. Disponível em: <<https://www.ihgrgs.org.br/artigos/contibuiacoes/Roberto%20Lobato%20Corr%C3%AAa%20-%20Processo,%20Forma%20e%20Significado.pdf>>.
- CORREA, Roberto Lobato. **Organização do espaço: dimensões, processo, forma e significados**. Geografia, Rio Claro, v. 36, p. 7-16, 2011.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Diferenciação socioespacial**. Cidades. Presidente Prudente, GEU, v. 4, n. 6, p. 45-60, 2007.
- INSITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/aracatuba/panorama>>. Acesso em: 26/12/2019.
- INSITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/birigui/panorama>>. Acesso em: 26/12/2019.
- FREITAS, Eleusina Lavôr Holanda. **Loteamentos Fechados**. 2008. 206f. Tese (Doutorado-Área de Concentração: Habitat) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- LOBODA, Carlos Roberto. **Práticas socioespaciais e espaços públicos em Guarapuava – PR**. 2008, 352 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.



MAGRINI, Maria Angélica. **Vidas em enclaves. O imaginário das cidades inseguras e fragmentação socioespacial em contextos não metropolitanos.** 2013. 488f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MIYAZAKI, Vitor Koiti. **Estruturação da cidade e morfologia urbana: um estudo sobre cidades de porte médio da rede urbana paulista.** 2013. 305 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

MOURA, Rosa. **Arranjos urbano-regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba.** 2009. 243f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Curitiba.

ROMA, Cláudia Marques. **Segregação socioespacial em cidades pequenas.** 2008. 156 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SADER, Ana Paula Cabral. **O vetor de expansão urbana Araçatuba-Birigui: uma reflexão sobre a produção do espaço urbano.** Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades, v.6, n. 40, 2018.

SANTOS, Milton. **Espaço & Método.** São Paulo: Nobel, 1985.

SEADE. **Perfil dos municípios paulistas: Araçatuba.** Página Inicial. Disponível em: <<http://www.perfil.seade.gov.br/>> Acesso em: 26/12/2019.

SEADE. **Perfil dos municípios paulistas: Birigui.** Página Inicial. Disponível em: <<http://www.perfil.seade.gov.br/>> Acesso em: 26/12/2019.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão Sposito. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo.** 2004b. 510f. Tese (Livre Docência). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais.** In: CARLOS, Ana Fani. SOUZA, Marcelo Lopes. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.). A produção do espaço urbano: agente e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011, p. 123-145.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GOÉS, Eda Maria. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial.** 1.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013. 359p.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Segregação socioespacial e centralidade urbana.** In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida.; CORRÊA, Roberto Lobato.; PINTAUDI, Silvana Maria. A Cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013, p. 61 – 93.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades.** In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida.;

CORRÊA, Roberto Lobato.; PINTAUDI, Silvana Maria. A Cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013.